

UMA LEITURA SOCIOLOGICA DA EDUCACAO: Visão de Eric Plaisance

A professora Maria Salonilde Ferreira* entrevista ERIC PLAISANCE. Professor da **Universidade René Descartes, Paris V**, autor de *“Les Mauvais Élèves”*, *“La Dyslexie en Question”*, *“Da Deficiência Física à Deficiência Sociocultural”*, e outros, esteve no Brasil participando de atividades acadêmicas em várias universidades, dentre elas a Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, onde ministrou um Seminário no Programa de Pós-Graduação em Educação. Na ocasião, concedeu uma entrevista exclusiva à Revista **EDUCAÇÃO em QUESTÃO**.

Educação em Questão — É a partir da sociedade capitalista que se pretende uma educação democrática. Nesse contexto, desenvolvem-se uma luta para tornar a escola laica, gratuita e obrigatória, isto é, a serviço de todos. No Brasil, até hoje, a educação escolar é seletiva e discriminatória. Uma seletividade que está presente em todos os momentos da vida escolar das crianças oriundas das camadas sociais excluídas dos bens materiais e culturais socialmente produzidos, seja no acesso à educação formal, seja durante sua estada na escola e posteriormente, pelo processo de exclusão do sistema de ensino. O fracasso é tão manifesto e extensivo que deixa de ser anomalia. A problemática continua depois de quatro séculos, e remonta ao período da colonização. À medida que se passam os anos o processo de discriminação atinge efetivos mais numerosos. Segundo dados oficiais, 60 milhões de pessoas são analfabetas e semi-analfabetas, milhões de crianças em idade escolar se encontram fora da escola. O direito à educação gratuita e obrigatória só existe nas declarações ministeriais. Diante de tais constatações, pode-se falar num sistema de ensino democrático? Existirá uma escola democrática? Como essa questão se coloca para países desenvolvidos como, por exemplo, a França?

Eric Plaisance – Gostaria de iniciar pela última questão. Você evocou a democracia do ponto de vista quantitativo. Visto por esse ângulo, há um certo número de países onde cem por cento das crianças em idade escolar obrigatória encontram-se na escola, freqüentam a escola. No entanto, a questão se coloca também do ponto de vista qualitativo. O aspecto quantitativo é nesse caso a democratização. O problema deve ser analisado numa dupla perspectiva : quantitativa e qualitativamente. A freqüência generalizada corresponde ao conjunto da população escolarizável e traz no seu bojo desigualdades de escolaridade. Essa discussão ocorre na França desde o último século, um pouco antes de ser promulgada a Lei Ferry, quando a escola primária gratuita e obrigatória era já acessível a todos, exceto em alguns casos nas zonas rurais. Todavia, a discriminação de escolaridade está presente. Sob a aparência da unidade e da democratização se processa uma discriminação sutil e, por isso mesmo, menos evidente. É na obscuridade tranqüila de uma escola, aparentemente única e igual para todos, que se forja e adquire força. Essa forma particular de discriminação assume a feição de repetência, evasão, defasagem idade/série de escolaridade. Efetiva-se mediatizada pelos conteúdos e formas de ensino, programas, normas lingüísticas, disciplinas, manuais escolares, entre outros. O sistema de ensino se constitui, na realidade, de duas redes estanques, heterogêneas no conteúdo do ensino e no recrutamento social. O processo se inicia a partir da escola elementar, que não funciona como tal. O curso elementar iniciando no CP aos seis anos e terminando no CM2 aos onze anos, sem repetências, sem avanços e sem retardos, só é real para uma minoria. Para a maioria é repetência acumulada, sem esquecer aqueles para quem a escolaridade regular termina nas classes de aperfeiçoamento - o primário profissionalizante. Esses mecanismos reforçam o caráter seletivo e discriminatório de um sistema aparentemente igualitário e democrático.

Educação em Questão – A contribuição da Sociologia ao estudo dos fenômenos educativos conduzem os pesquisadores a análises, algumas vezes opostas, em relação ao papel da educação e, em particular, à função da escola. Análises de autores como Althusser, Bourdieu, Stablet, Boudelot,

para citar apenas os mais difundidos no Brasil, centradas na noção de dominação (material ou ideológica) de classe e crítica radical das instituições escolares, criaram certa desconfiança em relação ao papel da escola. Por outro lado, os trabalhos de Snyders, Isamber-Jamati, Charlot, entre outros, conduzem os pesquisadores, particularmente os brasileiros, a rever certas posições referentes à escola. Todavia, os principais modelos explicativos são macrosociológicos, quer tomem como referência a abordagem durkhemiana ou a marxista. Atualmente, observa-se uma tendência em direção a estudos microsociológicos. Pode-se compreender essa tendência como uma nova escola sociológica? Qual a contribuição da mesma para a compreensão dos fenômenos educativos?

Eric Plaisance — Para situar a sociologia no bojo dessa questão, gostaria de me reportar, não apenas a períodos próximos aos anos 60, mas, sem dúvida a períodos mais distantes, fim do século XIX e início do século XX. Isto, por ser aí que se situam as raízes dos estudos voltados para problemas da educação e, ao mesmo tempo, a origem do desenvolvimento da Sociologia francesa, na pessoa de Émile Durkheim. Ao assumir em 1902, o curso de "Ciência da Educação," criado em 1883, (a expressão era utilizada no singular) na Sorbonne, Durkheim, em sua aula inaugural, não hesita em afirmar que é como sociólogo que fala em educação. Justifica-se dizendo que a educação é eminentemente social por suas origens e por suas funções. Sem deter-me aqui, de maneira detalhada sobre as célebres proposições de Durkheim acerca da análise sociológica dos fatos educativos, definidos como fatos sociais, isto é, como realidade que se impõe a nós, com seu poder de determinação sobre os indivíduos, destacamos mais precisamente a contribuição conceptual que ele propõe. Para Durkheim, a ciência da educação não é normativa. Ela visa descrever as práticas educativas não como fatos isolados, mas, como fatos que formam o sistema de educação próprio a um país e a um tempo. Busca pesquisar as causas e determinar os efeitos. Ao se distanciar de uma simples reflexão psicopedagógica e propor uma análise científica das práticas e das instituições educativas, a perspectiva durkhemiana dá à sociologia um papel preponderante na recolocação dos fins da educação. Essa rápida exposição

da posição de Durkheim poderá levar a crer que ele tenha exercido uma influência durável. Há ainda a idéia freqüente de uma difusão da escola durkhemiana. Inúmeros trabalhos reforçam essa representação. A bem da verdade, é preciso lembrar de passagem que a sociologia não foi diretamente aceita pela Sorbone, mas que ela entrou pela estreita porta da pedagogia. Assim, a partir de 1907 a influência da abordagem sociológica na análise dos fatos educativos começa a se reduzir só sendo então retomada nos fins dos anos cinqüenta e início dos anos sessenta quando surge a Sociologia da Educação como um ramo especializado da Sociologia. É a partir desse momento que a Sociologia da Educação, na França, encontra um lugar de destaque evidenciado pela sua criação e pelos estudos de dois grupos de pesquisadores: um coordenado por Viani Isamber-Jamati, no Centro de Estudos Sociológicos, e outro sob a coordenação de Pierre Bourdieu, no Centro de Sociologia Européia. Dos anos sessenta à metade dos anos setenta predomina a preocupação em atender às exigências de enquetes empíricas quantitativas representatividade; objetividade; medida. A preocupação central é construir variáveis, isto é, traduzir noções em operações de pesquisa definida e se estabelecer relações causais. A preferência é por grandes enquetes onde certas dimensões da realidade escolar podem se exprimir em variáveis cujas relações se prestam à mensuração. Prevaecem as análises estruturais e estruturalistas dando primazia aos estudos sincrônicos. Essa corrente de pesquisa vê nas técnicas de quantificação e, mais particularmente, na metodologia, a forma de garantir a cientificidade da Sociologia. A metodologia é compreendida como um saber resultante de uma reflexão prática sobre a pesquisa. Dizem que esse saber oferece uma ampla margem à tradução dos conceitos em variáveis, à apreensão de relações entre estas variáveis, sua mensuração e, mais amplamente, à formalização dos procedimentos de pesquisa e à instrumentalização. Esses entendimentos inspiram as investigações de vários sociólogos influenciados pelo método de Ciências Sociais que se desenvolvem nos Estados Unidos o qual é apresentado como modelo de rigor e de proposições científicas estabelecidas. No entanto, a partir dos anos setenta uma outra tendência começa a se destacar,

particularmente, nos estudos de Isambert-Jamati. Ela contrapõe às análises estruturais em ângulo da abordagem que privilegia as análises diacrônicas que visam mostrar as mudanças mais do que a reprodução das estruturas em si mesmo. Nessa época, a maioria dos sociólogos consideravam que a única base válida de referência era a que se apoiava na estatística. Todavia, não devem ser contestadas apenas as abordagens empíricas que fundamentam sua legitimidade numa instrumentalização estatística. As abordagens macrosociológicas, sejam de inspiração estruturalista, sejam marxista, são também questionadas. No final dos anos sessenta começa a adquirir supremacia o pressuposto da inferência lógica. De maneira geral, o caso ou os casos isolados tornam-se significativos da consistência teórica da análise. Hoje novas correntes começam a se afirmar. Correntes que já estavam em moda em outros países, como o interacionismo, a etnometodologia e a sociologia da ação. Sua penetração tem se intensificado e transformado a pesquisa sobre os fenômenos educacionais, tanto pelos métodos que utilizam quanto pela referência teórica que os inscrevem na microsociologia. Porém, não me parece que seja abandono das abordagens macros e adoção das micros que nos ajudam a compreender a competitividade dos fenômenos educativos.

Educação em Questão – Como a Sociologia se coloca em relação às questões educacionais?

Eric Plaisance – A Sociologia constitui-se em suporte para a análise dos fenômenos educativos. A título de ilustração, gostaria de destacar as análises referentes às desigualdades de acesso à escola. Essas análises adquiriram corpo a partir do final dos anos cinquenta sendo considerável a contribuição da sociologia para a sua compreensão. Na França, Grã Bretanha, Estados Unidos, como também em certos países socialistas, a partir de iniciativas diversas, desenvolveram-se um grande número de enquetes sobre a demanda de escolarização, duração da escolaridade, sua estruturação por níveis de ensino e suas relações com a origem social. Segundo esses estudos as desigualdades são generalizadas. A partir de estudos demográficos, as análises sociológicas

conheceram, entre os anos sessenta e setenta, uma verdadeira explosão. Nos anos oitenta as desigualdades de sucesso escolar tornam-se objeto central de um longo estudo. No entanto, é nos meados dos anos setenta que o fracasso escolar, enquanto tal, pelo menos na França, torna-se o que se pode chamar um problema social discutido pela *intelligentzia*, presente nos debates pedagógicos, assim como na imprensa. Há, portanto, um cruzamento com a preocupação da igualdade de chances. Todavia, os discursos sociológicos cessaram, mais ou menos nos meados dos anos setenta, centraram-se em meras constatações das desigualdades, criando uma situação que estimulava a tentativa de compreendê-las. De uma hora para outra, de acordo com o país, as organizações oficiais assumiram a responsabilidade dos laboratórios de pesquisa, os sistemas educativos sentiram necessidade de auto-conhecimento sócio-demográfico e os pesquisadores se dedicaram, embora eventualmente, às pesquisas secundárias. Contudo, o porquê dessas desigualdades encontra-se longe de atingir a unanimidade. No que se refere às análises das relações propriamente sociológicas podemos classificá-las em duas grandes categorias: aquela que faz apelo à diversidade das famílias às quais pertencem os alunos (autoritária ou liberal, aspiração desigual ao sucesso escolar e social, proximidade lingüística ou cultural com as normas escolares); e aquela que centra-se na própria instituição escolar (carência sócio-cultural, violência simbólica, entre outros aspectos). A questão não se esgotou, o que houve foi uma simplificação, principalmente no debate público. Todavia, a crítica que se produziu nos anos oitenta é procedente. Há, ainda, uma produção sociológica, registrada particularmente na Grã-Bretanha, que considera objeto da sociologia fenômenos entendidos, na maioria das vezes, como de natureza técnica. Alguns sociólogos dessa tendência, preocupados com a significação social das interações pedagógicas, trabalham, principalmente inspirados em Mead. Porém, a maior parte se inspira em Mannheim, no interacionismo simbólico (Mils), como também na fenomenologia social (Schutz) e analisam os conteúdos do ensino e os currículos como formas sociais de organização de conhecimento, muito frequentemente na perspectiva e na identidade dos professores. Enquanto a

Sociologia Funcionalista concebe essencialmente a sociedade como um sistema de elementos funcionalmente articulados, o indivíduo como um produto social e a educação como um processo de socialização, de interiorização de normas, de modelos, de valores culturais que asseguram a integração, a coesão, a perpetuação do conjunto, a Sociologia Interacionista concebe acima de tudo, a sociedade como uma “cena” ou uma “arena”, o indivíduo como um ator social em comunicação com os outros atores, e a educação como o desempenho de papéis abertos e amplamente improvisados. Assim, os indivíduos ao desenvolverem ações significativas para eles, encontram no seu caminho as ações dos outros e as significações postas pelos outros. A vida social é portanto o produto de uma “composição” entre cada um e os outros, de uma parceria e de um acerto de contas. Produto constantemente ameaçado, contestado resultado e efeito de uma “negociação contínua” entre os atores portadores de interpretações e de “definições de situações” divergentes. A interação simbólica é assim “*le creuset*”, construindo simultânea e simetricamente a personalidade individual e a ordem social. Pelo veio da fenomenologia social há partilha em comum dos mesmos postulados “antipositivistas” e uma concepção de ser humano muito mais como ator do que como produto, acentuando o caráter “subjetivamente construído” da realidade social. A participação teórica de Mannheim se situa do lado da sociologia das ideologias políticas. Na realidade, é difícil distinguir a participação maior ou menor dessas abordagens. A diferenciação é marcada a partir de oposições mais gerais entre paradigma interpretativo e paradigma normativo, entre teorias da ordem e teorias do conflito ou entre sociologias do controle e sociologias da ordem ou ainda entre sociologias fenomenológicas e sociologias absolutistas. Apesar do reconhecimento da importância da ruptura provocada por essa abordagem, muitas são as críticas que a mesma vem sofrendo depois do seu surgimento. Essas críticas se reportam à contribuição científica, aos fundamentos teóricos, às implicações pedagógicas e políticas. Elas são formuladas por sociólogos, epistemólogos e teóricos marxistas. Muitas se dão em torno das questões do “subjetivismo” e do “relativismo”. De uma certa forma as críticas têm contribuído para modificar certas formulações, certas posições.

Educação em Questão — O que o senhor acaba de falar conduz a uma indagação a respeito do objeto da Sociologia. Atualmente, que fenômenos educativos se constituem, preferencialmente, em temas de estudo da Sociologia?

Eric Plaisance — Essa questão me força a declarar que falta à Sociologia francesa a tradição de olhar para si mesmo, característica marcante da sociologia anglo saxão que tem o hábito de objetivar seus próprios movimentos. Em primeiro lugar, gostaria de destacar que toda tentativa neste sentido coloca o problema da delimitação de fronteiras entre a Sociologia da Educação tal como é definida tradicionalmente e certas produções surgidas no que se convencionou denominar ciências de educação. O status epistemológico e, também, social dessas últimas não foi, até hoje, definido. A contribuição da Sociologia tem se confrontado com essa ambigüidade fundamental. Atualmente a linha de demarcação é ainda mais ambígua e isso por duas razões. A primeira, refere-se ao desenvolvimento quantitativo que se observa hoje ou melhor dizendo na renovação de pesquisas tendo como objeto a educação e a grande difusão dos “fatores sociais” como elemento explicativo do sistema educacional. É necessário, todavia, destacar que esse elemento é frequentemente colocado como um elemento entre outros. A introdução da categoria “fatores sociais” não implica automaticamente uma análise sociológica por definição e se houve difusão ela vai provavelmente no sentido da banalização. Por outro lado, definir o critério sociológico em educação supõe uma conceituação prévia do domínio de estudo que não seja apenas formal (do tipo metodológico) ou institucional e ainda com menos fundamento sobre a oposição entre normativo e explicativo. Com bastante restrições tentarei fazer algumas considerações quanto às abordagens e aos objetos de pesquisa. Do ponto de vista das abordagens teórico-metodológicas, o auto-conhecimento do sistema escolar constituiu-se, a partir dos anos sessenta, a base para o desenvolvimento de uma rede de coleta e análise de dados referentes não somente aos aspectos internos do sistema educacional mas, também à sua relação com o sistema produtivo. O tipo e a organização das estatísticas produzidas foram

determinados pelas necessidades de gestão dos diferentes estabelecimentos de ensino, assim como pela elaboração de políticas educativas. Assistiu-se, naquele período, ao nascimento de dois movimentos complementares que contribuíram para o que se chamou o auto-conhecimento quantitativo do sistema. O nível de sistematização e de exaustividade dessa massa de dados constituiu-se base empírica sólida e permitiu aos pesquisadores caminhar na direção de vias mais qualitativas. A Sociologia da Educação, excluindo o período precedente, foi marcada pelos grandes debates teóricos que animaram as Ciências Sociais, notadamente entre funcionalismo, marxismo e estruturalismo. Apesar das divergências epistemológicas fundamentais entre essas três correntes de pensamento, sua principal característica foi a pesquisa dos determinantes estruturais do sistema de ensino percebido em termos de funcionamento ou de estrutura dos diversos aparelhos. Se a pesquisa dos determinantes estruturais teve o mérito de definir grandes linhas também atingiu, em certos casos, uma certa rigidez em suas teses, face ao empobrecimento relativo da área ao longo dos últimos anos, produzindo uma crise na hegemonia paradigmática. A abordagem globalizante que via na escola seja uma instituição de desenvolvimento econômico e social (teoria do capital humano), seja uma instituição de reprodução da sociedade em classes e camadas sociais (teoria da reprodução), encontra-se sem dúvida num impasse. O nível de conhecimento macrosociológico da instituição escolar parece ter se esgotado. No entanto, aspectos importantes da “caixa preta” permanecem obscuros. Tudo se passa como se os quadros teóricos utilizados, até então, fossem insuficientes para apreendê-los. Assim, assiste-se um refluxo dos estudos acerca das relações entre instituição escolar e sociedade, abundantes no período precedente, e a tendência a recontextualizar a escola no sistema de determinações sociais. Não se trata de negar a importância dos conhecimentos produzidos anteriormente. O estudo dos determinantes estruturais e das grandes regularidades forneceram uma visão para a compreensão do funcionamento do sistema escolar. As tendências atuais orientam-se na direção de metodologias e abordagens que se centram não só nas estruturas, mas sobretudo nas contradições que elas engendram e as

transformações daí resultantes a nível da praxis. Segue-se daí que a apreensão dos diversos componentes da escola por meio de abordagens inter ou multidisciplinares e o retorno ao ator comporta várias dimensões que não se recortam completamente como as pesquisas dos determinantes sociais que dão ênfase às ações e às práticas individuais no interior da escola e se apresentam como um prolongamento dos estudos até então desenvolvidos sem se constituírem numa ruptura teórica. As pesquisas fundamentadas nas vivências do ator social colocam, parece-me, problemas relativamente novos. O indivíduo torna-se, ao mesmo tempo, objeto de conhecimento (pelo pesquisador) e sujeito do conhecimento na medida em que é ele que constrói e que produz a leitura do real. Entre esses dois pólos existem múltiplas variações quanto à importância atribuída a um ou a outro aspecto. O interesse pelo indivíduo aponta um certo retorno ao "humanismo", ao fenômeno enquanto dado primeiro para apreender o real, o sensível, que não é mais uma aparência. A indicação de temas pode se fazer através de uma combinação entre a análise temática (e/ pelo objeto) e uma análise dos campos conceituais. O estudo das relações entre escola e comunidade começa, na França, a adquirir contornos mais nítidos. A formação profissional e a formação de adultos são objetos de um número crescente de trabalhos. A evolução mais nítida é em relação aos professores e às suas práticas, onde se multiplicam as pesquisas consagradas a esses temas. O tema maior, entre os sociólogos, hoje em dia, é as relações sociais no interior da sala de aula. Esta evolução deve-se, em parte, a fenômenos exteriores ao mundo da pesquisa. Por um lado, um certo esgotamento da abordagem quantitativa e, por outro, a existência, no país, de instituições que alimentam regularmente o conhecimento do funcionamento do sistema educativo em seu conjunto e fazem com que o interesse se desloque para outras áreas da pesquisa. A esse fato associam-se as mudanças em relação às políticas educacionais e as transformações sociais. A esperança de domínio das evoluções necessárias se transferem do nível do sistema para o local e os atores sociais têm necessidade de instrumentos de conhecimentos adaptados à sua escala de ação. O estudo do funcionamento dos estabelecimentos escolares é incontestavelmente um

domínio de preocupação que emergiu, mas a reflexão que o acompanha é essencialmente política. Apesar do caráter inovador dos trabalhos desenvolvidos à luz desse modelo teórico em relação as observações mais behavioristas, é importante destacar o risco da descontextualização comum às duas abordagens. Na verdade, tenho dificuldade de ver o meio social contendo a verdade sociológica. A questão do contexto e das estruturas se coloca, inevitavelmente, sobretudo quando se trata não de descrição e sim de interpretação das condutas. É em nome de uma teoria do social que as interpretações não podem ser puramente locais.

NOTA

- * Doutora em Educação pela Universidade de Paris, professora visitante na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.